resolução do mérito, com o consequente arquivamento dos autos, face à ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

ACÓRDÃO Nº. 66.158

(Processo TC/512318/2020)

Assunto: Prestação de Contas do BANCO DO ESTADO DO PARÁ, referente ao Exercício Financeiro de 2019.

Responsável: BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA

Advogado: FÁBIO MONTEIRO DE OLIVEIRA – OAB/PA Nº 9.343

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§ 3º do Art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II c/c o art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1. Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. BRASELINO CALOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA, CPF nº ***.970.132-**, Presidente à época do Banco do Estado do Pará, no valor de R\$-8.793.048,00 (oito milhões, setecentos e noventa e três mil e quarenta e oito reais);

2. Determinar ao Banco do Estado do Pará:

1. Que os processos de inexigibilidade de licitação sejam instruídos com: a. Termo de Referência, nos moldes do art. 4º (item 2, "b") do Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará, que tem como base a Lei nº 13.303/2016; b. Justificativa de preços, nos termos do art. 30, §3º, III da Lei nº 13.303/2016 e item 1 do art. 5º do Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará;

2. Que as contratações diretas decorrentes de inexigibilidade de licitação ocorram somente nas hipóteses de impossibilidade de competição, observando especialmente o disposto no art. 30, II, §1º da Lei nº 13.303/2016;

3. Quando da estipulação de cláusula ad exitum na prestação de serviços advocatícios, que sejam observados os seguintes parâmetros: a. A questão jurídica que embasa a relação contratual deve ser controversa e excepcional, quer dizer, não pode constituir discussão já pacificada e que poderia ser resolvida por peças jurídicas padronizadas; b. A contratação de risco deve ser pura, ou seja, remunerada exclusivamente por honorários sucumbenciais; c. A impossibilidade de qualquer espécie de antecipação de valores pelo ente administrativo, estando (o pagamento) sujeito à decisão judicial definitiva.

4. Que a terceirização de serviços jurídicos observe o seguinte: a. Observância, como regra geral, do procedimento licitatório, salvo os casos em que cabalmente demonstrada sua inexigibilidade; b. Elaboração de uma justificativa formal e razoável; e c. Demonstração, pautada por evidências concretas, da economicidade da medida, bem como da impossibilidade ou inconveniência da utilização do corpo jurídico próprio da entidade.

5. Que ocorra a específica designação de empregado público para a função de fiscal de contrato, com o determina o Decreto Estadual nº 870/2013 e o art. 87 do Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará;

6. Que os documentos de despesas constem nos processos, devidamente assinados; e

7. Que a atuação do controle interno seja efetiva.

ACÓRDÃO Nº. 66.159

(Processo TC/511198/2011)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio – SEDUC nº 515/2005 e Termos Aditivos

Responsável/Interessado: Sra. ODILEIDA MARIA DE SOUSA SAMPAIO e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INACIO TEIXEIRA, (art. 191, § 3º, do RITCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 11 da Resolução nº 19.503-TCE/PA de 23/05/2023, extinguir o presente processo referente as contas de responsabilidade da Sra. ODILEIDA MARIA DE SOUSA SAMPAIO, Ex- Prefeita do Município de Altamira, em razão da incidência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com o consequente arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO Nº 66.160

(Processo TC/523917/2017)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SESP n. 017/2012, Responsável/Interessado: Sr. RAULIEN OLIVEIRA DE QUEIROZ e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INACIO TEIXEIRA, (art. 191, § 3º, do RITCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 11 da Resolução nº. 19.503- TCE/PA, 23/05/2023, extinguir o presente processo referente as contas de responsabilidade do Sr. RAULIEN OLIVEIRA DE QUEIROZ, Prefeito à época do Município de Jacareacanga em razão da incidência da prestação das pretensões punitiva e ressarcitória, com o consequente arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO Nº. 66.161

(Processo TC/009365/2021)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SEXTET n 011/2017 e Termos Aditivos.

Responsável/Interessado: EMMANOEL ZAGURY TOURINHO e UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Advogado: THIAGO HENRIQUE CRISTO PARANHOS – OAB/PA Nº 18.715

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§ 3º do Art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II c/c o art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1. Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. EMMANOEL ZAGURY TOURINHO, CPF nº ***.515.992-**, Reitor à época da Universidade Federal do Pará Pará, no valor de R\$-299.643,00 (duzentos e noventa e nove mil e seiscentos e quarenta e três reais);

2. Recomendar à SEXTET, que dê especial atenção na fiscalização dos convênios em apreço e futuros realizados junto a Universidade Federal do Pará - UFPA, visando que os gestores da UFPA observem o princípio da segregação de funções, que consiste na separação de funções de autorização, aprovação, execução e controle das operações, evitando o acúmulo de funções por parte do servidor, bem como possíveis irregularidades.

ACÓRDÃO Nº 66.162

(Processo TC/019480/2022)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio FAPESPA n. 001/2021, Responsável/Interessado: WAGNE COSTA MACHADO e FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

Advogado: MILTON MARCELO SILVA FERREIRA – OAB/PA nº 9.206

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (art. 191, § 3º, do RITCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c art. 60 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. WAGNE COSTA MACHADO, Gestor à época da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará, no valor de 473.200,00 (quatrocentos e setenta e três mil e duzentos reais), dando-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO Nº 66.163

(Processo TC/512090/2013)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEDUC nº 348/2009, Responsável/Interessado: Sra. ARIOSVALDA DOS SANTOS VULCÃO e CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU PROFESSORA OSVALDINA MUNIZ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizadora da Decisão: Conselheiro ODILON INACIO TEIXEIRA, (art. 191, § 3º, do RITCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão Relator, com fundamento no art. 11 da Resolução nº 19.503, de 23/05/2023, extinguir o processo referente as contas de responsabilidade de ARIOSVALDA DOS SANTOS VULCÃO, Ex- Coordenadora do Conselho Escolar da Escola Estadual de 2º. Grau Professora Osvaldina Muniz, em razão da incidência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com o consequente arquivamento dos autos.

RESOLUÇÃO Nº. 19.573

(Processo TC/507507/2016)

Assunto: Prestação de Contas da ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO DE SAÚDE SANTA MARIA – IDESMÁ - HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA – REDENÇÃO, Exercício 2015.

Responsáveis: DEYVID AMARAL DOS SANTOS e PEDRO RIBEIRO ANAISSE.

Advogado: Dr. RODRIGO COSTA LOBATO, OAB/PA Nº 20.167

Dr. MARCELO ELIAS SEFER DE FIGUEIREDO, OAB/PA Nº 31.640

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 179, § 4º inciso II, do Ato n.º 63, de 17 de dezembro de 2012:

I - Conceder o prazo de 60 (sessenta) dias, para apresentação da documentação alegada em sustentação oral;

II - Determinar a reabertura da instrução processual, caso a documentação seja apresentada no prazo estabelecido no item anterior, devendo os autos seguir a Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas para manifestação na forma e prazos regimental.

O Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária de 05 de outubro de 2023, tomou a seguinte decisão:

ACÓRDÃO N.º 65.781

(Processo TC/512001/2020)

Assunto: Prestação de Contas do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO, referente ao exercício de 2019.

Responsáveis: RICARDO FERREIRA NUNES e LEONARDO DE NORONHA TAVARES.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade dos Srs. RICARDO FERREIRA NUNES e LEONARDO DE NORONHA TAVARES, presentes à época do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no valor de R\$ 1.016.759.501,51 (um bilhão, dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e um reais e cinquenta e um centavos), dando-lhe plena quitação.

Republicado por Retificação

Protocolo: 1036339